

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

Aos 21 dias do mês de setembro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 40, de 14 de setembro;*
 3. *Discussão e votação do Parecer relativo aos P.J.L.'s n.ºs 252/XIII/1.ª (PAN) - «Enquadra as Terapêuticas não Convencionais na Lei de Bases da Saúde, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro e reforça a correta interpretação da Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto e Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro», 289/XIII/1.ª (PSD) - «Clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais, através da primeira alteração à Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, do enquadramento base das terapêuticas não convencionais e à Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais» e 293/XIII/1.ª (CDS-PP) - «Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar as prestações de serviços efetuadas no exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais» - Autor do Parecer: Deputado Domingos Pereira;*
 4. *Discussão e votação do Parecer relativo à Petição n.º 126/XIII/1.ª - «Pelo direito a uma Saúde sem IVA» - Autor do Parecer: Deputado Domingos Pereira;*
 5. *Outros assuntos.*
- 10:30 Audiência da Associação das Termas de Portugal para «apresentar e debater os temas mais relevantes sobre a estratégia para valorização das Termas e do Termalismo em Portugal»;*
- 11:30 Audiência da Associação de Esclerose Tuberosa em Portugal «para debater as consequências desta doença que pode afetar órgãos vitais como o coração, olhos, cérebro, rins, pulmões e pele».*
-



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

1. Informações

O Presidente deu conta de que a CAE enviou à Comissão a iniciativa europeia COM(2016)247, para eventual escrutínio, que foi distribuída ao PS para elaboração de parecer. Informou ainda que, por razões de agenda, terá de se ausentar durante a reunião, sendo substituído na presidência pela Vice-Presidente, Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

2. Apreciação e votação da ata n.º 40, de 14 de setembro

A ata n.º 40, relativa a 14 de setembro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

3. Discussão e votação do Parecer relativo aos P.J.L's n.ºs 252/XIII/1.ª (PAN) - «Enquadra as Terapêuticas não Convencionais na Lei de Bases da Saúde, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro e reforça a correta interpretação da Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto e Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro», 289/XIII/1.ª (PSD) - «Clarifica a neutralidade fiscal em sede de terapêuticas não convencionais, através da primeira alteração à Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, do enquadramento base das terapêuticas não convencionais e à Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais» e 293/XIII/1.ª (CDS-PP) - «Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar as prestações de serviços efetuadas no exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais» - Autor do Parecer: Deputado Domingos Pereira

O Presidente deu a palavra ao Deputado Domingos Pereira, autor do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 252/XIII/1.ª PAN, da competência da Comissão de Saúde, e 289/XIII/1.ª PSD e 293/XIII/1.ª CDS-PP, da competência da COFMA, mas com conexão à Comissão de Saúde.

O Deputado focou o objeto e motivação das iniciativas, referindo, designadamente, a Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que veio regulamentar a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, e, sobre a questão da tributação do IVA, o Ofício Circulado n.º 30174, de 26 de agosto de 2015, da Autoridade Tributária e Aduaneira, e ainda a recomendação da Autoridade da Concorrência (AdC) de 9 de junho de 2016 Constata que há muitas



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

divergências nesta matéria, mas considera que não está em discussão a legitimidade do exercício das profissões no âmbito das terapêuticas não convencionais, mas, concretamente, a questão do IVA. Concluiu com o entendimento de que as iniciativas em apreço reúnem os requisitos legais, constitucionais e regimentais para serem agendadas para plenário.

O Presidente felicitou o Deputado Domingos Pereira pelo parecer e pela exposição clara, não obstante a complexidade da matéria.

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou também o Deputado pelo seu trabalho, que teve de ter em consideração as iniciativas que estão em tramitação na COFMA, agradecendo a forma sucinta como colocou a questão.

O Presidente colocou os considerandos e conclusões do parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

4. Discussão e votação do Parecer relativo à Petição n.º 126/XIII/1.ª - «Pelo direito a uma Saúde sem IVA» - Autor do Parecer: Deputado Domingos Pereira

O Deputado Domingos Pereira apresentou o parecer sobre a Petição n.º 126/XIII/1.ª, que baixou à COFMA, com conexão à Comissão de Saúde. A elaboração do Relatório Final caberá assim à COFMA, que anexará a pronúncia desta Comissão. O Deputado referiu o objeto da Petição, que é igualmente a questão da cobrança do IVA aos profissionais das terapêuticas não convencionais, as diligências efetuadas, designadamente a audição do peticionário que reiterou as razões subjacentes ao pedido de clarificação da isenção de IVA destas terapêuticas, que constam do presente parecer. Concluiu com o entendimento de que a Petição reúne os requisitos para ser apreciada em plenário, devendo remeter-se este parecer à COFMA, para os devidos efeitos.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o autor do Parecer, dizendo que esta matéria é conexas com a dos Projetos de Lei analisados no ponto anterior e que as questões que suscita têm sido abundantemente abordadas na Assembleia da República.

Os Deputados Ângela Guerra e Jorge Falcato Simões informaram que acompanham o Parecer.

O Presidente saudou uma vez mais o Deputado Domingos Pereira pelo trabalho realizado e colocou os considerandos e conclusões do Parecer a votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

10:30 Audiência da Associação das Termas de Portugal para «apresentar e debater os temas mais relevantes sobre a estratégia para valorização das Termas e do Termalismo em Portugal»

(Audiência integralmente gravada)

Neste ponto dos trabalhos assumiu a presidência da reunião a Vice-Presidente Maria Antónia de Almeida Santos, que deu as boas vindas à delegação da Associação das Termas de Portugal (ATP), composta pela sua Presidente, Teresa Vieira, pelo Vice-Presidente, Victor Leal, pelo Secretário-geral, João Pinto Barbosa e por Pedro Mouro. A Presidente da ATP disse considerar vital poder falar deste setor de atividade no Parlamento. Fez o seu enquadramento, que consta de um [documento](#) distribuído a todos, caracterizando as termas e o termalismo, facultando factos e números, focando a questão da suspensão, em agosto de 2011, da comparticipação dos tratamentos termais pelo SNS, o que considera ser um fator de extrema relevância que teve um impacto muito negativo na atividade, abordando ainda a problemática da fiscalidade neste setor, os impactos socioeconómicos da atividade termal e a situação das termas portuguesas no panorama internacional.

A Deputada Isaura Pedro felicitou a ATP pelo trabalho meritório que tem desenvolvido e que tem acompanhado, sendo que, enquanto médica, sempre acreditou na eficácia dos tratamentos termais. Tem conhecimento, por ser o seu distrito, de que as termas de Nelas têm funcionado como polo de desenvolvimento local, gerando emprego. Perguntou que apoios têm tido em termos de políticas europeias, quais são as expectativas, entendendo que, sendo Portugal um país com condições privilegiadas para o turismo, se deveria potenciar esta vertente e a articulação entre os vários parceiros envolvidos.

O Deputado António Sales reconheceu a importância do termalismo no mercado interno e também para o turismo, considerando importante, para este efeito, a implementação da diretiva da mobilidade transfronteiriça de doentes. Considera que se cessou, desde 2011, a comparticipação dos tratamentos, Portugal deixou de reconhecer a importância desse setor. Referiu ainda a questão das termas de Monte Real, que estão paradas, perguntando qual a estratégia da ATP quanto a esta situação.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a ATP, que tem contribuído para a valorização do termalismo em Portugal. Perguntou se a ATP tem reunido com o Ministério da



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

Saúde para saber o que pensam sobre a reposição das comparticipações, questionou sobre o número de trabalhadores das termas, e quantos têm emprego sazonal, e que formação lhes é dada.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu e felicitou a ATP pelo seu trabalho. Disse que, enquanto médica, se congratula com os resultados que têm sido obtidos e com os prémios que as termas têm recebido. Questionou a ATP sobre a posição do Ministério da Saúde sobre as comparticipações, perguntando se receberam alguma informação e, para além disso, em que outras estratégias pensaram, que possam funcionar complementarmente à reposição das comparticipações.

O Deputado Jorge Falcato Simões disse reconhecer a importância do termalismo para o desenvolvimento local, até porque as termas não se situam nos grandes centros. Pensa ser importante a credibilização da eficácia terapêutica dos tratamentos termais, pois não existe uma ideia clara sobre isso, na opinião pública. É assim preciso que seja dada a conhecer a eficácia dos tratamentos, para além do retomar das comparticipações.

O Deputado Luís Soares, fazendo uma declaração de interesses, pelo facto de ter trabalhado com esta Associação, referiu haver unanimidade sobre o bom trabalho desenvolvido, sendo mérito da ATP ter conseguido ligar todo o setor em torno do termalismo. Perguntou se há evidência sobre o impacto que teve o número de pessoas que deixaram de recorrer ao termalismo e se, depois de cessar a comparticipação dos tratamentos termais, não terá aumentado a comparticipação de fármacos para as doenças que assim eram tratadas.

Em resposta aos comentários e questões colocadas, a Presidente da ATP explicou diversos fatores, ligados à água natural, que podem comprometer o funcionamento das termas, facultando ainda números relativos aos trabalhadores do setor e dando dados sobre a sua formação. Disse terem já abordado o Ministério da Saúde a propósito da questão da reposição das comparticipações, tendo sido demonstrada abertura, pesem embora os constrangimentos orçamentais, pelo que tem de ser estudado o seu impacto. De facto, quando não se comparticipa o termalismo há deslocalização de despesa, deslocam-se as comparticipações para outros setores. Abordou de novo os efeitos do impacto desta medida no setor, os fatores de inovação e a necessidade de uma estratégia para o termalismo, destacando áreas em crescimento, como por exemplo a do termalismo pediátrico.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

Prestaram ainda informações o Vice-Presidente da ATP e Pedro Mouro, abordando este último a questão da tributação em sede de IVA.

As Deputadas Ângela Guerra e Carla Cruz pediram alguns esclarecimentos adicionais sobre o IVA, que foram prestados pela Presidente da ATP e por Pedro Mouro.

A Presidente em exercício agradeceu as informações dadas e todo o debate que permitiu que os Deputados ficassem mais esclarecidos.

11:30 Audiência da Associação de Esclerose Tuberosa em Portugal «para debater as consequências desta doença que pode afetar órgãos vitais como o coração, olhos, cérebro, rins, pulmões e pele»

(Audiência integralmente gravada)

A Delegação da Associação de Esclerose Tuberosa em Portugal (AETN) integrou a sua Presidente, Micaela Rozenberg e a vogal, Zélia Figueiredo.

A Presidente da AETN fez uma [apresentação inicial em power point](#), distribuída a todos, facultando dados sobre esta doença, designadamente a sua incidência, efeitos e órgãos afetados, porque se trata de uma doença multissistémica. Prestou informações sobre esta Associação, divulgando o trabalho que tem levado a cabo e as organizações internacionais onde está representada. Pediu especial apoio para a criação de equipas multidisciplinares para tratamento dos portadores desta doença, elencando as razões que tornam importante que isso aconteça.

A Deputada Laura Magalhães agradeceu todo o trabalho que tem sido realizado por esta Associação, reconhecendo a importância da promoção da divulgação desta doença. Colocou questões sobre o acesso a medicamentos e outras terapêuticas, especialmente aos medicamentos inovadores que aguardam autorização para introdução no mercado, e ainda como perspetivam, em termos de dinâmica e composição, as equipas multidisciplinares.

O Deputado António Sales disse que o PS reconhece o trabalho excelente da AETP, considerando absolutamente necessárias as equipas multidisciplinares. Pensa que é preciso que haja mais informação para a classe médica. As crianças portadoras desta doença têm muitas vezes problemas cognitivos e em 50% são autistas, pelo que o problema tem de ser olhado em várias perspetivas, incluindo a sua integração social. Perguntou se existem condições para que o medicamento inovador, que é conhecido,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

que custa entre 3 mil a 5 mil euros por mês, por doente, seja aprovado e facultado a mais doentes.

O Deputado João Ramos agradeceu todas as informações prestadas, questionando sobre se existe já experiência de abordagem desta doença de forma multidisciplinar, e se podem dela dar conta, perguntando também que contactos tiveram com o Ministério da Saúde no sentido de viabilizar a criação destas equipas, entendendo que terá de ser encontrado um equilíbrio entre a concentração, para a abordagem multidisciplinar, e o acesso aos cuidados de saúde, que terá de ser mantido.

O Deputado Jorge Falcato Simões reforçou também a importância desta Associação de defesa dos doentes, perguntando como seriam implementadas as equipas multidisciplinares, como se distribuiriam geograficamente e quais as consequências das limitações resultantes desta doença, que implicam, por exemplo, uma escola inclusiva e a integração no mercado de trabalho.

O Deputado José António Silva abordou, enquanto médico, um caso concreto, reconhecendo o trabalho levado a cabo pela AETP, porque estes doentes merecem um acompanhamento condigno.

A Presidente da Associação deu os esclarecimentos solicitados, dizendo que os doentes têm tido acesso ao medicamento inovador, embora este não esteja ainda aprovado pelo INFARMED, que não há um número suficiente de doentes que justifique a criação das equipas multidisciplinares nos hospitais locais, somente nos grandes hospitais, o que levanta problemas de deslocação, que poderão ter uma solução, por exemplo, através da telemedicina. Alguns hospitais já procedem a esta articulação, conseguindo que os doentes sejam recebidos por uma equipa, mas nada é oficial. Acrescentou que a intervenção precoce é muito importante, que esta doença afeta toda a família que tem um doente no seu agregado e que pediram já ao Ministério da Saúde a tradução para português das *guide lines* desta doença, que são de 2012, esperando-se que em novembro estejam disponíveis.

Zélia Figueiredo explicitou que a AETP tem realizado inúmeras reuniões com médicos, em hospitais, com vista a sensibilizar para a questão das equipas multidisciplinares e que estas já existem em alguns por iniciativa destes profissionais. Frisou também que são muito dispendiosas para os doentes as deslocações constantes que têm de fazer.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

A Presidente em exercício disse que a reunião foi muito útil para todos, tendo sido prestadas muitas informações, estando a Comissão sempre disponível para continuar a debater estas questões.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 setembro 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 41/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
Laura Magalhães
Francisco Rocha
João Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira
João Gouveia
José Luís Ferreira
Moisés Ferreira

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Luís Vales